



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade subsidiar o planejamento licitatório referente à necessidade de chamamento público, para fins de credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado, interessadas em prestar serviços ao Sistema Único de Saúde, de forma complementar, em serviços de médico de saúde da família.

A contratação visa atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo suporte especializado às equipes de saúde da família.

Dessa forma, o credenciamento de médico clínico geral torna-se essencial para ampliar a resolutividade da atenção primária, fortalecer o trabalho multiprofissional e garantir que a população tenha acesso a serviços de qualidade, em conformidade com os princípios da universalidade, integralidade e equidade do SUS.

2. INFORMAÇÕES DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Secretaria Demandante:	Secretaria Municipal de Saúde
Responsável pela Demanda:	João Batista Machado Fabiana Imaculada de Souza
Unidades Gestoras Participantes:	Secretaria Municipal de Saúde
Objeto:	CHAMAMENTO PÚBLICO, PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO, INTERESSADAS EM PRESTAR SERVIÇOS AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, DE FORMA COMPLEMENTAR, EM SERVIÇOS DE MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA, CONFORME VALORES DETERMINADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DESCRITO NO ANEXO I DO EDITAL.

3. RELATÓRIO

3.1. Da Legislação:

O presente Chamamento Público, para fins de credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado interessadas em prestar serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), de forma complementar, em serviços de Médico de Saúde da Família, conforme valores determinados pela Secretaria Municipal de Saúde e descritos no Anexo I deste Edital, encontra amparo legal nos seguintes dispositivos:

- Constituição Federal de 1988, em especial:



- Art. 196 – que dispõe sobre a saúde como direito de todos e dever do Estado;
- Art. 197 – que define as ações e serviços de saúde como de relevância pública;
- Art. 199, §1º – que autoriza a participação da iniciativa privada de forma complementar ao SUS.
- Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde):
- Art. 4º – define o SUS e a participação complementar da iniciativa privada;
- Art. 24 e 25 – estabelecem regras para contratos e convênios com entidades privadas.
- Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos):
- Reconhecem o credenciamento como modalidade de contratação direta, sem caráter competitivo, quando houver interesse público em ampliar a rede de prestadores.
- Portarias e Normas do Ministério da Saúde, que regulamentam a Estratégia de Saúde da Família e os valores de repasse.
- Legislação Municipal pertinente, incluindo normas e regulamentos expedidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

3.2. Das contratações anteriores

Sim. Houve um credenciamento no ano de 2022.

3.3. Da necessidade de consolidação da demanda para as demais unidades gestoras

Não há.

3.4. Do acesso ao orçamento estimado da contratação

Terão como referência a cotação de preços realizada no Banco de Preços, sendo considerada a média aritmética entre os valores apurados.

A fixação final dos valores caberá ao Gestor da Pasta (Secretaria Municipal de Saúde), conforme competência legal e regulamentar, estando os montantes definidos e descritos no Anexo I deste Edital.

3.6. Da Aplicação dos Benefícios da Lei Complementar nº 123 (MPes)

- Será assegurado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) o tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.
- O credenciamento observará integralmente os benefícios e condições estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. Não utilização do Catálogo Eletrônico:

Os serviços a serem adquiridos, não estão contidos no catálogo de padronização em razão do instrumento encontrar-se em processo de formalização pelo município, e, portanto, ainda não se encontra



Av. Espírito Santo, 570 | Bloco 1 | Centro - Guimarães/MG
CEP. 38730-000 | e-mail: saude@guimaraniamg.gov.br



34 3834-1924
34 99836-0152

pág. 2

Ass
Dona
filob

contemplado dentre os objetos já padronizados.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Local:

Secretaria Municipal de Saúde

4.2. Da execução:

A execução dos serviços objeto deste Chamamento Público será realizada pelas pessoas jurídicas credenciadas, em conformidade com as normas técnicas e administrativas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde e pelas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, integral e humanizada, observando os princípios da universalidade, equidade e integralidade da atenção à saúde.

As pessoas jurídicas credenciadas deverão disponibilizar profissionais médicos para atuação nas equipes de Saúde da Família, conforme carga horária, atribuições e responsabilidades definidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

O acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços serão realizados pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de instrumentos de monitoramento e avaliação, visando assegurar a qualidade e a eficiência da prestação.

O pagamento pelos serviços será efetuado mensalmente, de acordo com os valores estabelecidos no Anexo I deste Edital, mediante comprovação da efetiva execução das atividades e apresentação da documentação exigida.

O descumprimento das obrigações assumidas implicará na aplicação das penalidades previstas em lei e neste Edital, podendo acarretar o descredenciamento da pessoa jurídica contratada.

A execução dos serviços deverá observar, ainda, todas as normas de biossegurança, ética profissional e legislação vigente aplicável à área da saúde.

5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando a responsabilidade constitucional do Município em assegurar o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, e em cumprimento às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), justifica-se a necessidade da contratação complementar de pessoas jurídicas de direito privado para a prestação de serviços médicos na área da Saúde da Família.

A presente contratação mostra-se imprescindível em razão dos seguintes aspectos:

- Ampliação da cobertura assistencial: O Município apresenta demanda crescente por serviços de atenção básica, sendo necessária a expansão das equipes de Saúde da Família para garantir maior capilaridade e acesso da população aos serviços de saúde.



- Suprimento de déficit de profissionais: Constatada a insuficiência de médicos para compor as equipes existentes, o credenciamento de prestadores privados permitirá suprir essa carência de forma célere e eficaz, assegurando a integralidade e a continuidade do cuidado.
- Cumprimento de metas pactuadas: A Secretaria Municipal de Saúde possui metas estabelecidas junto ao Ministério da Saúde, relacionadas à cobertura populacional e aos indicadores de qualidade. A contratação é essencial para o cumprimento dessas metas e para assegurar a manutenção dos repasses de recursos federais.
- Garantia da universalidade e equidade: O chamamento público visa assegurar que todos os cidadãos, especialmente aqueles residentes em áreas mais vulneráveis, tenham acesso a serviços médicos de qualidade, em conformidade com os princípios da universalidade e da equidade do SUS.
- Eficiência administrativa e financeira: A contratação complementar, conforme valores previamente definidos pela Secretaria Municipal de Saúde e descritos no Anexo I do Edital, possibilita a otimização dos recursos públicos e a previsibilidade orçamentária, sem comprometer a sustentabilidade do sistema.

Diante do exposto, resta evidenciada a necessidade e a relevância da presente contratação, a fim de garantir a continuidade, a qualidade e a ampliação dos serviços de atenção básica em saúde no âmbito municipal.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

6.1. Foi realizado levantamento de mercado junto a profissionais e entidades da área de médicos clínicos gerais, constatando-se ampla disponibilidade de interessados em prestar serviços complementares no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

- Identificou-se que os valores praticados estão em conformidade com a tabela definida pela Secretaria Municipal de Saúde.
- A análise técnica demonstrou que o credenciamento por meio de Chamamento Público é a solução mais adequada, por permitir a participação de todos os profissionais habilitados, garantindo isonomia, transparência e eficiência.

Do ponto de vista econômico, o credenciamento possibilita:

- Contratação conforme a demanda, evitando custos desnecessários;
- Pagamento apenas pelos serviços efetivamente prestados;
- Flexibilidade administrativa para atender variações de necessidade entre zona urbana e rural;
- Inclusão de microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006.

Conclui-se que a solução escolhida atende ao interesse público, assegura a legalidade e proporciona melhor relação custo-benefício para a Administração, garantindo a eficiência na gestão dos recursos e a ampliação da cobertura assistencial.



6.2. Solução escolhida:

6.2.1. A escolha do tipo de solução a contratar foi baseada em critérios técnicos e econômicos, garantindo que os serviços sejam adequados a necessidade da secretaria. Conclui-se que a solução escolhida atende ao interesse público, assegura a legalidade e proporciona melhor relação custo-benefício para a Administração, garantindo a eficiência na gestão dos recursos e a ampliação da cobertura assistencial.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO, ESTIMATIVA DE VALOR DE MERCADO, ACOMPANHADO DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.

7.1. Especificação Técnica:

O profissional vinculado à pessoa jurídica credenciada deverá possuir:

- Habilitação legal para o exercício da profissão médica;
- Registro ativo e regular junto ao Conselho Regional de Medicina (CRM) da respectiva jurisdição;
- Comprovação documental da situação cadastral atualizada, apresentada no ato do credenciamento.
- Atuação em apoio às equipes de Saúde da Família, em atividades de prevenção, promoção e reabilitação.
- Disponibilidade para atendimento, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

Estimativa das Quantidades

- Quantidade estimada de profissionais a credenciar: de acordo com a necessidade da secretaria.
- Carga horária estimada: 40 horas semanais por profissional, ajustável conforme necessidade.

Estimativa de Valor de Mercado

- Valores referenciais obtidos a partir de levantamento de mercado e tabelas praticadas em municípios da região.
- Valor mensal estimado: R\$ 18.000,00, considerando a carga horária prevista.
- Período: 12 meses

Dentro do presente estudo, foram analisados processos semelhantes feitos por outros órgãos e entidades, por meio de consultas on-line a outros editais, além de prévia pesquisa no Banco de Preços realizada, para se obter o custo médio estimado para o quantitativo planejado pelo setor requisitante.

O objetivo da estimativa do valor do objeto é fundamental para o planejamento e a execução eficaz de processos de contratação, para auxiliar na alocação adequada de recursos financeiros, garantindo que o orçamento disponível seja suficiente para cobrir os custos da contratação.

Segue abaixo tabela com valor definido pela secretaria de saúde para cada profissional credenciado (a).

CÓD	DESCRIÇÃO	QTE	UND	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
53651	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM PROFISSIONAL MÉDICO CLÍNICO GERAL - UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - COM DEMANDA ESPONTÂNEA, DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA, SENDO 40 HORAS SEMANAIS E 160 MENSAIS. COMEÇANDO AS 07:00 E TERMINANDO AS 16:00, CONFORME ESCALA DETERMINADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. OBS: SERVIÇO A SER CONTRATADO PARA DAR CONTINUIDADE AOS SERVIÇOS EXISTENTES. CONSIDERAR O PERÍODO DE 12 MESES.	1	SE	R\$18.000,00	R\$216.000,00

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Não se aplica.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS;

9.1 Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade da presente demanda, uma vez que o objeto ora definido é autônomo e plenamente exequível por meio do credenciamento ora proposto.

Somente serão realizadas contratações futuras do mesmo objeto caso não haja interessados ou credenciados suficientes para atender à demanda atual, hipótese em que se buscará nova contratação com vistas a suprir necessidades futuras, sempre em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO PRETENDIDA E O PLANEJAMENTO.

11.1 A contratação pretendida não se refere a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação, que acarrete aumento da despesa em relação a Lei Orçamentária Anual, ao Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação complementar de serviços médicos na área da Saúde da Família, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- Ampliação da cobertura assistencial: aumentar o número de equipes de Saúde da Família em atuação, garantindo maior capilaridade e acesso da população aos serviços de atenção básica.
- Redução do déficit de profissionais: suprir a carência de médicos nas unidades de saúde, assegurando a integralidade e continuidade do cuidado.
- Cumprimento das metas pactuadas: atingir os indicadores de cobertura populacional e qualidade estabelecidos junto ao Ministério da Saúde, assegurando a manutenção dos repasses de recursos federais.



- Fortalecimento da universalidade e equidade: garantir que cidadãos residentes em áreas vulneráveis tenham acesso a serviços médicos de qualidade, em conformidade com os princípios do SUS.
- Eficiência administrativa e financeira: otimizar a utilização dos recursos públicos, com pagamento apenas pelos serviços efetivamente prestados e previsibilidade orçamentária.
- Melhoria dos indicadores de saúde: contribuir para a redução de agravos e para o aumento da resolutividade da atenção básica, impactando positivamente nos indicadores epidemiológicos e sociais do Município.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS

Para assegurar a efetividade do presente Chamamento Público e a adequada prestação dos serviços médicos na área da Saúde da Família, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- Publicação do Edital: ampla divulgação em meios oficiais e canais de comunicação da Prefeitura, garantindo transparência e acesso às informações.
- Recebimento da documentação: análise criteriosa dos documentos apresentados pelas pessoas jurídicas interessadas, observando os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica.
- Credenciamento dos prestadores: inclusão das entidades habilitadas no cadastro municipal de prestadores de serviços complementares ao SUS.
- Formalização contratual: assinatura dos termos de credenciamento, com definição das obrigações, responsabilidades e condições de execução.
- Monitoramento e fiscalização: acompanhamento contínuo da execução dos serviços pela Secretaria Municipal de Saúde, assegurando qualidade, eficiência e cumprimento das metas pactuadas.
- Avaliação periódica: realização de relatórios técnicos e financeiros para verificar resultados, indicadores de desempenho e necessidade de ajustes.
- Gestão financeira: observância dos valores definidos no Anexo I do Edital, com pagamento apenas pelos serviços efetivamente prestados.
- Planejamento futuro: caso não haja interessados suficientes, será avaliada a necessidade de novo chamamento público para suprir demandas futuras.

13. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Risco de baixa adesão de profissionais;
Risco de descumprimento contratual;
Risco de impacto financeiro;
Risco de qualidade técnica dos serviços;
Risco de judicialização.



Assinatura
Souza
Fale

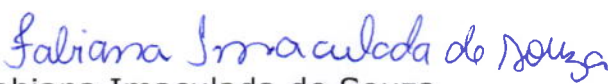


14. DA EQUIPE TÉCNICA

Estudo Técnico foi elaborado pela seguinte equipe de planejamento da contratação:

Guimarães, 23 de janeiro de 2026.


João Batista Machado
Equipe de Planejamento


Fabiana Imaculada de Souza
Equipe de Planejamento

15. DA CIÊNCIA DA AUTORIDADE COMPETENTE

Recebido o presente estudo, verifico que ele está de acordo com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas do órgão.

Com base nas informações levantadas, evidenciaram que a contratação se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária.

Diante do exposto, **declara ser viável** a contratação pretendida, no mais, atende as demandas formuladas da melhor maneira, pelo que **autorizo a abertura de CHAMAMENTO PÚBLICO, PARA FINS DE CREDENCIAMENTO nos Termos concluídos pela equipe técnica de planejamento.**

Guimarães, 23 de janeiro de 2026.


Fabiana de Oliveira Bustamante
Secretária de Saúde

